



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

1º Ciclo em Criminologia

PROJETO DE GRADUAÇÃO

Impacto da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança

Leonor de Bragança Pinheiro Pinto e Abreu

Porto, 2023



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

1º Ciclo em Criminologia

PROJETO DE GRADUAÇÃO

Impacto da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança

Leonor de Bragança Pinheiro Pinto e Abreu

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciado do Curso de Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani

Resumo

O presente estudo tem como tema “Impacto da Exposição à Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança” e, encontra-se dividido em duas partes distintas, mas que se complementam: o enquadramento conceptual que corresponde à parte teórica e a proposta de investigação que se associa à parte empírica.

Na primeira parte, é exposto o enquadramento teórico, fundamentado através de uma revisão extensa da literatura com o propósito de se retratar o fenómeno da violência comunitária e o impacto que esta tem no desenvolvimento das crianças. No que toca à segunda parte deste projeto, irá ser elaborado um estudo empírico de carácter descritivo e de natureza qualitativa, sendo recorrido para o procedimento do mesmo o inquérito por questionário, com o objetivo de compreender a relação existente entre a exposição à violência e os fatores de proteção bem como de que maneira é que os mesmos influenciam os efeitos na saúde mental.

Através do estudo proposto, espera-se obter dados para futuramente serem criados programas de intervenção e prevenção, com o objetivo de minimizar danos e contribuir para o bom desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: violência comunitária; exposição; resiliência infantil; impacto da violência; crianças.

Abstract

This study is entitled "The Impact of Exposure to Community Violence on Child Development" and is divided into two distinct but complementary parts: the conceptual framework, which corresponds to the theoretical part, and the research proposal, which is associated with the empirical part.

The first part presents the theoretical framework, based on an extensive review of the literature with the aim of portraying the phenomenon of community violence and the impact it has on children's development. In the second part of this project, an empirical study of a descriptive and qualitative nature will be carried out, using a questionnaire survey to understand the relationship between exposure to violence and protective factors, as well as how they influence the effects on mental health.

Through the proposed study, we hope to obtain data so that intervention and prevention programs can be created in the future, with the aim of minimizing damage and contributing to the child's good development.

Keywords: community violence; exposure; child resilience; impact of violence; children.

Agradecimentos

A toda a comunidade pertencente à Universidade Fernando Pessoa, especialmente aos docentes do curso de Criminologia, que graças aos seus ensinamentos não só tornaram possível a elaboração deste projeto como me forneceram ferramentas para que crescesse pessoalmente e profissionalmente;

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Sani, pelo tempo que me dispensou, paciência, apoio e acima de tudo todos os conhecimentos transmitidos, sendo a sua ajuda indispensável para a concretização deste projeto;

À minha avó, por ser a melhor companheira de casa que alguma vez terei, por todo o amor e confiança que sempre me transmitiu, por me fazer acreditar em capacidades que desconhecia que tinha e por estar presente, sempre. Um obrigada nunca chegará;

À minha mãe e irmã, pelo amor, apoio, confiança e suporte que, mesmo a 400km de distância, o sinto como se estivessem ao meu lado;

À Ângela Ribeiro, Beatriz Oliveira e Silvana Teles, por tudo. Se antes era apreensiva relativamente à típica frase clichê “na universidade fazes amigos para a vida”, vocês deram-me a chapada de luva branca mais bonita, mais que amigas tornaram-se na minha segunda família;

A todos as minhas amigas de infância, por toda as chamadas, visitas e amor.

Índice

Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento Conceptual.....	2
1.1. Conceptualização da Violência Comunitária.....	2
1.2. Vitimação: Definição e Consequências	3
2. Classificação e Consequências da Exposição à Violência	5
2.1. Exposição à violência – Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Comunidade	6
2.1.1. A Importância da Resiliência Face à Exposição à Violência	8
2.2. Teoria da Anomia: Compreensão do Crime e Desvio Social	9
3. Impacto da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança	11
3.1. Variáveis Mediadoras e Moderadoras do Impacto da Violência Comunitária	12
3.2. Análise Multidimensional dos Efeitos da Exposição.....	15
4. Desafios de Pesquisa e Estratégias em Contexto Nacional e Internacional	17
Parte II - Proposta de Investigação	20
1. Objetivos Gerais e Específicos	20
2. Método.....	21
2.1. Amostra.....	21
2.2. Instrumentos.....	22
2.3. Procedimentos.....	23
3. Resultados Esperados	23
4. Conclusão	24
Anexos.....	32

Introdução

O presente projeto, inserido no âmbito da Criminologia, aborda o fenómeno da violência comunitária e o conseqüente impacto da exposição no desenvolvimento da criança, cujo interesse para a sua realização surgiu através da experiência vivenciada no estágio curricular na associação AMARGAIA, na sequência de um projeto realizado no Bairro de Perosinho com crianças em situações vulneráveis.

O estudo desta problemática revela-se fundamental uma vez que o bem-estar e a saúde das crianças são colocadas em causa aquando da exposição à violência, violando principalmente o Princípio 2º presente na Declaração dos Direitos da Criança. Este princípio clarifica que a criança deve beneficiar tanto de uma proteção especial como de oportunidades e serviços dispensados não só pela lei, mas também por outros serviços, de maneira que se possa desenvolver de forma saudável e nos parâmetros que são considerados normais, a nível intelectual, físico moral e espiritual. As crianças são consideradas um grupo vulnerável (Greer, 2017) e, como tal, a exposição à violência pode causar impactos negativos a longo prazo, constituindo este facto uma grande alarmante.

Desde os anos 80 que têm sido conduzidas variadas pesquisas relacionadas com o fenómeno da violência comunitária e o impacto que a exposição tem no desenvolvimento das crianças, especificamente no que toca a problemas mentais. Os resultados da revisão da literatura revelam a existência de uma relação correlacional positiva entre a exposição à violência e sintomas provenientes do foro psicológico tais como sintomas externalizantes, transtorno de stress pós-traumático e outros comportamentos internalizantes (Lynch, 2003). Neste seguimento, este projeto procura compreender a complexidade existente na relação entre a violência comunitária e o desenvolvimento infantil, procedendo-se para tal à análise da vitimação, das conseqüências provenientes da exposição, dos respetivos fatores de risco e fatores de proteção e do impacto e variáveis que podem influenciar o mesmo.

Parte I - Enquadramento Conceptual

1.1. Conceptualização da Violência Comunitária

Entende-se que a violência é um conceito tanto complexo como abrangente, e apesar de ser objeto de estudo há várias décadas, não existe uma definição universal podendo o seu conceito / percepção ser moldado tendo em conta a cultura em questão, os cientistas sociais que a estudam e maneira como descrevem determinados acontecimentos e danos consequentes, sendo até evidenciado que o seu significado é e será sempre “fluido” (Stanko, 2006). Não obstante o referido, a violência foi considerada um problema de saúde pública prioritário, na sequência das recomendações da 49ª Assembleia Mundial da Saúde, que deu origem ao “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde” (Krug et al., 2002) elaborado pela Organização Mundial de Saúde. Neste seguimento, a violência é então definida como o “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação” (Krug et al., 2002, p5).

Através da definição enunciada previamente, foi também possível compreender a tipologia da violência que, é classificada em autoinfligida, interpessoal e coletiva. O tipo de violência em que se debruça este projeto – a violência comunitária – está inserida na tipologia interpessoal.

A violência comunitária é um tipo de violência interpessoal, como já foi referido anteriormente, com lugar na comunidade, e acontece entre indivíduos que não possuem uma relação de parentesco e que podem ou não pertencer ao mesmo círculo de convivência (Krug et al., 2002).

É considerada pela literatura como complexa, com múltiplas origens e resultado de diversas circunstâncias tais como: assaltos, tiroteios, agressões físicas, vandalismo e outras formas de comportamento violento que prejudiquem de alguma forma a população da comunidade em questão. Este tipo de violência ocorre com maior frequência em localidades de menor poder aquisitivo, onde se verifica escassez ou mesmo ausência de

recursos institucionais, protetores de saúde, educação, habitação e segurança pública (Pinto e Assis, 2013).

Apesar de ser um fenômeno que causa dano a todos os grupos raciais, étnicos e de diferentes idades, incluindo crianças, jovens e adultos a que ao mesmo são expostos, os jovens pertencentes a minorias são desproporcionalmente afetados (Jenkins e Bell, 1994). Assim, a violência comunitária afirma-se como uma questão de conotação relevante especialmente no que toca aos tipos de trauma que podem impactar negativamente as crianças, uma vez que aquando da sua exposição, podem resultar consequências psicológicas desajustadas como anomalias do foro psíquico, sendo as mais comuns depressão, ansiedade e stress pós-traumático (Bell e Jenkins, 1991; Richters e Martinez, 1993).

Ainda que já tenham sido elaborados diversos estudos, continuam a permanecer limitações no que toca ao conhecimento relativo à violência comunitária e à compreensão dos seus efeitos. Uma das principais limitações reside na falta de uniformidade na definição e operacionalização da violência em questão (Guterman, Cameron e Staller, 2000).

1.2. Vitimação: Definição e Consequências

A conceptualização da palavra “vítima” não se restringe somente à ideia objetiva de alguém que sofre algum tipo de dano ou prejuízo, consoante foi afirmado pela Organização das Nações Unidas em 1985. Este conceito tem a si aliado outros fatores tais como as interações sociais e práticas de comunicação que constituem uma perspetiva subjetiva do mesmo (Pina, 2016). Um aspeto fundamental desta mesma definição está relacionado com necessidade de reconhecimento por parte de outrem, do papel e do status do indivíduo em questão como vítima junto com os direitos e deveres que este mesmo estatuto implica (Strobl, 2010). Grupos sociais tais como crianças, idosos e mulheres, regularmente reúnem um conjunto de características que conduzem a uma concordância social no que toca à identificação dos mesmos como vítimas (Greer, 2017). Não obstante o referido, é igualmente importante destacar que a definição de vítima é também influenciada por variáveis e processos complexos e, muitos dos fatores mencionados

contribuem para experiências de vitimização distintas, que por sua vez, são vivenciadas por grupos específicos em determinadas áreas geográficas específicas bem como contextos legais e épocas históricas (Strobl, 2010).

É através da existência dos processos de independência e socialização, processos estes que fazem parte do percurso inerente ao desenvolvimento de uma criança, que é possível afirmar que, uma vez estando mais tempo fora do seu ambiente familiar, no exterior, as crianças/ jovens estão mais expostas à violência e, conseqüentemente, mais predispostas a processos repetidos de vitimização.

Ao longo da literatura referente ao fenómeno da vitimização das crianças face à violência, é possível identificar estudos que comprovam a veracidade desta ocorrência, servindo de exemplo um dos estudos, *The National Survey of Children's Exposure to Violence (NatSCEV II)* realizado, em 2011, conduzido por Finkelhor e colaboradores (2015), que reuniu numa amostra de 4503 de crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre 1 mês e 17 anos de idade. Os resultados evidenciaram não só que o índice de exposição à violência era consideravelmente elevado na população estudada, sobretudo entre as idades 14 e 17 anos como também, no decorrer da sua vida, esta seleção de crianças e jovens, 69.7% já haviam sido agredidos e 71.5% já tinham presenciado algum tipo de violência.

Pesquisas revelam que a vitimação, quando não se torna fatal, pode acarretar consigo, como já foi mencionado, efeitos negativos para um desenvolvimento normal, conseqüentemente conduzindo a uma possível redução de aprendizagem que prejudica principalmente o campo de relações sociais e afetivas (PINHEIRO, 2006) servindo de exemplos para fundamentar o referido enumera-se: fraco desempenho académico, comportamentos antissociais e violentos, abuso de álcool e substâncias diversas, intenções suicidas, aliados a muitos outros comportamentos que põem em causa a saúde.

O próximo capítulo terá como enfoque as crianças que testemunham violência na sua comunidade – violência comunitária – e o impacto que a sua exposição tem no seu desenvolvimento.

2. Classificação e Consequências da Exposição à Violência

Apesar de o ato de presenciar uma situação de violência ser uma área de investigação que ainda está em crescimento já existe uma quantidade considerável de pesquisas e os resultados obtidos revelam, quase sistematicamente, que o testemunho da mesma, tanto na comunidade como na família, pode ter efeitos tão prejudiciais no que toca ao funcionamento normal da criança como se a mesma tivesse sido vitimizada através de maus-tratos.

A literatura referente à exposição da violência comunitária demonstra preocupação devido ao elevado contacto que crianças e jovens têm, infelizmente, com a violência. São vítimas e testemunhas na sua comunidade de ocorrências graves como tiroteios, agressões físicas e verbais e, até mesmo, observação de pessoas mortas ou feridas na rua. Bell e Jenkins (1993) através de um inquérito realizado a 536 crianças afro-americanas, com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos de idade, chegaram à conclusão de que a exposição à violência é cumulativa, querendo isto dizer que crianças que tenham assistido a formas mais graves de violência, como por exemplo homicídios, provavelmente já teriam assistido a outras formas “menores” de violência.

O predomínio destes episódios revela-se, como já foi referido, uma preocupação uma vez que se dá um aumento do risco de problemas ao seu desenvolvimento (Margolin & Gorais, 2000). Embora não se apresente como um resultado recorrente nos estudos, a idade, que representa um indicador de estágio de desenvolvimento, tem apresentado relevância no que toca à relação entre a exposição à violência na comunidade e os problemas de internalização uma vez que, é provado em estudos de que as crianças mais novas apresentam mais sintomas depressivos aquando expostas a níveis mais elevados de violência (Buckner, Beardslee e Bassuk, 2004). A partir da explicação sugerida pelas teorias cognitivas, tal sucede através da hipótese das crianças ainda não terem a capacidade de desenvolver as competências cognitivas necessárias, de modo a atenuar os efeitos da violência presenciada na comunidade (Farver et al., 2005)

Esta recorrência constante de violência presente nas vidas das crianças resulta em estados de vulnerabilidade, em particular emocional, e numa normalização e conseqüente banalização da violência, podendo isso conduzir a uma repetição do fenómeno nas suas relações atuais e futuras.

2.1. Exposição à violência – Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Comunidade

As características de uma determinada comunidade na qual estão inseridas as crianças e/ou jovens e as respectivas famílias podem contribuir para uma elevada exposição à violência. De modo a ser exequível implementar, com sucesso, estratégias de intervenção face à exposição à violência na comunidade, torna-se necessário identificar e posteriormente analisar os fatores de risco e os fatores de proteção presentes nas comunidades em questão. De modo a contextualizar, o próximo parágrafo será destinado à clarificação dos conceitos anteriormente referidos.

Fatores de risco são caracterizados como qualquer adversidade de cariz individual ou ambiental que, possivelmente, aumentam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos no que toca ao seu desenvolvimento. É importante ter em conta que estes fatores não são estáticos, estão presentes normalmente em grupos e o seu valor preditivo muda consoante a fase de desenvolvimento, o contexto social, as circunstâncias em que ocorrem e o tempo de exposição aos mesmos (Engle, Castle e Menon, 1996). Estes fatores podem ter natureza genética ou biológica, uma base ecológica ou uma origem biossocial combinada; podem estar presentes no indivíduo, fazendo parte dos seus traços e atributos individuais ou estarem integrados nas condições do meio. Outro conceito associado ao risco, fundamental para compreender a matéria em questão é o de risco cumulativo (Gest, Reed e Masten citados por Richman e Fraser, 2001) conceito este que destaca a ideia de que o número efetivo de fatores de risco presentes pode apresentar uma maior importância do que propriamente a sua natureza específica e, de que o acumular de vários aspetos negativos pode conduzir a um maior risco acrescido.

Para serem considerados como tal, devem ter uma fundamentação teórica e uma capacidade de demonstração de prever a violência, formando assim uma relação de causalidade.

Os fatores de risco são atualmente classificados em: individuais, familiares, escolares e comunitários (Ribeiro e Sani, 2009). No contexto deste capítulo, os fatores de risco que vão ser tidos em consideração são os de origem na comunidade. Enumeram-se então, no seguimento do anteriormente referido, na seguinte lista, os fatores de risco comunitários:

- i. Oportunidades económicas e educativas diminutas
- ii. Elevada concentração de pobreza
- iii. Alta taxa de desemprego
- iv. Elevado nível de transitoriedade
- v. Fácil acesso a álcool e substâncias
- vi. Elevado nível de disrupção familiar
- vii. Baixo envolvimento comunitário
- viii. Vizinhaça e ambiente social desorganizado

A prevalência desta exposição acontece em comunidades que partilham certos fatores, destacando-se essencialmente na literatura as desvantagens económicas. De modo a clarificar a afirmação anterior, no que diz respeito à desvantagem económica sentida em determinadas comunidades, esta tem a capacidade de aumentar a probabilidade de exposição à violência uma vez que, uma comunidade que possua recursos, consegue facilmente fornecer proteção relativamente a esta mesma exposição, servindo de exemplo a implementação de programas extracurriculares, a possibilidade de enriquecer os próprios programas já existentes e a aplicação da lei, como o policiamento, que leva a uma redução de atividades económicas ilícitas – tráfico de drogas – que implicam já por si um risco acrescido da violência, proteção esta que é mais difícil de ser implementada em comunidades desfavorecidas (Salzinger et al., 2002).

E como a violência comunitária é o resultado da interação entre diversos fatores de risco e fatores de proteção, que podem ora aumentar ora diminuir, no caso, a exposição à violência, é, portanto, fundamental a abordagem dos fatores de proteção. Os fatores de proteção, são tal como os fatores de risco, características de cariz individual ou ambiental que atenuam os efeitos negativos, contribuindo para a diminuição da ocorrência de exposição e comportamento desviante, através dos diferentes níveis que assumem, à semelhança dos fatores de risco – individual, familiar, escolar e comunitário. Não obstante o nível em que atuam, estes fatores exercem a sua função assumindo-se como compensatórios e/ou amortecedores, isto é, baixa na mesma proporção as eventualidades de um resultado negativo para cada nível de uma condição de risco (Ribeiro & Sani, 2009).

De maneira a compatibilizar os fatores com o contexto presente neste capítulo – a comunidade – à semelhança da enumeração que foi realizada para os fatores de risco, só irão constar os fatores de proteção presentes na comunidade:

- i. Relações sociais recíprocas e de qualidade entre crianças e/ou jovens com adultos
- ii. Ambientes promotores de segurança e saúde
- iii. Oportunidades recreativas
- iv. Coesão social

Embora não tenham sido, até à atualidade, um grande foco para a literatura, a identificação dos fatores de proteção é igualmente importante uma vez que o reconhecimento dos mesmos se revela de carácter essencial para a realização de qualquer tipo de intervenção (Richman e Fraser, 2001, citados por Ribeiro e Sani, 2009).

2.1.1. A Importância da Resiliência Face à Exposição à Violência

A resiliência das crianças, face à exposição da violência associa-se, em certa forma, aos fatores de proteção uma vez que a mesma é definida como um “processo dinâmico de transações ao longo do tempo, no interior e entre os vários níveis pertencentes ao ambiente envolvente que influenciam a capacidade da criança a adaptar-se e funcionar de forma bem-sucedida, apesar do stress e adversidade crónicas” (Luthar, Cicchetti e Becker, 2000). Dito isto, é importante que a resiliência seja vista como o resultado de diversas interações com o ambiente em questão e não tanto como uma característica da própria pessoa (Ungar, 2018) sendo considerada como um processo que influencia não só o impacto aquando da presença de uma situação de risco, mas também influencia a resposta à mesma (Feder, 2018).

Corroborando a ideia enunciada no início do parágrafo, a resiliência pode estar presente em contextos que atenuam a repercussão negativa como é o exemplo de ambientes familiares, de pares ou da própria comunidade (Gorman-Smith, Henry e Tolan, 2004) e é fundamentada a partir dos fatores mencionados, que, por sua vez, estão de acordo com o modelo sociológico definido por Bronfenbrenner (1979) – modelo este que consiste na relação entre indivíduo x interações resultantes do ambiente envolvente. Neste seguimento, foi realizado um estudo recente conduzido por Woods-Jaeger et al., (2020), integrando 39 jovens afro-americanos, com o principal objetivo de desenvolver uma

compreensão mais relevante no que toca à contextualização da resiliência, uma vez que a mesma se mostra crucial para reduzir as desigualdades em termos de saúde vividos pelos mesmos e, promover assim o seu bem-estar. Os resultados para além de integrarem fatores individuais associados à resiliência, como a habilidade de perseverança, autorregulação e a capacidade de mudança quando necessário, também integraram fatores relevantes associados aos pares e à família. Os jovens que fizeram parte deste estudo revelaram que o apoio dos pares e da família era fundamental, porém, o inverso também ocorre quando contextos familiares caracterizados por níveis elevados de stress representam uma barreira na busca do apoio uma vez que existe uma sensação de sobrecarga para com os familiares por parte dos jovens e devido à alta exposição à violência comunitária os pares revelam-se muitas vezes tensos pela falta de confiança existente. Da perceção de sobrecarga sentida advêm consequências negativas para a saúde, sendo a mais grave a idealização de suicídio; enquanto que relacionado com a desconfiança entre pares, os resultados espelham-se numa redução de procura de ajuda, realçando assim a necessidade crucial de uma intervenção a nível interpessoal, de modo a fortalecer a capacidade dos pares e da família de aprovisionarem apoio social positivo, promovendo a resiliência.

Assim, segundo Bronfenbrenner (1996) conclui-se que variáveis como um relacionamento de qualidade entre crianças e os seus progenitores, crianças e os seus pares, coesão familiar, reciprocidade, estabilidade, confiança e equilíbrio nas mais variadas relações e situações podem efetivamente beneficiar o desenvolvimento e o bem-estar das crianças, ainda que as mesmas se encontrem expostas a situações de risco.

2.2. Teoria da Anomia: Compreensão do Crime e Desvio Social

A criminologia é caracterizada como uma ciência social, empírica e interdisciplinar que tem como objeto de estudo o crime, o infrator, a vítima e o comportamento delituoso e, no âmbito da mesma, o crime é encarado como um problema social e comunitário uma vez que afeta uma sociedade no seu todo (Molina e Gomes, 2002). Neste seguimento, surgiram diversas teorias sociológicas com o objetivo de estudar o crime e do porquê que o mesmo ocorre, dividindo-se em duas perspetivas distintas: teorias do consenso que englobam a Escola de Chicago, a Teoria da Associação Diferencial, Teoria da Anomia e a Teoria da Subcultura e que, por sua vez, estão associadas à compreensão das causas do

crime; por outro lado, existem também as teorias do conflito que compreendem a Teoria do Etiquetamento ou Rotulação e a Teoria Radical ou Crítica, sendo o seu enfoque a análise dos processos de criminalização (Shecaira, 2004). Note-se que todas as teorias previamente enunciadas foram alvo de críticas diversas, porém, destacou-se dentro das abordagens de explicação do crime, revelando-se como um marco no estudo criminológico e matriz europeia dos modelos de compreensão do crime, a Teoria da Anomia, fundamentada por Émile Durkheim e posteriormente desenvolvida por Robert Merton (Rego, 2019).

O conceito de anomia, parte explicativa essencial à compreensão da teoria, como o próprio nome indica, significa ausência de normas e é apontada como a principal causa do desvio, traduzindo-se como a não aplicação da norma social e/ ou legal por parte dos indivíduos (Machado, 2008).

Como já foi previamente referido, a teoria em questão foi aprofundada por Merton, cujo foco era demonstrar que a adoção de comportamentos desviantes partia da pressão exercida sobre determinados membros pertencentes à sociedade por estruturas sociais (Lima et al., 2017). Robert Merton reforça de novo a ideia de que a criminalidade está diretamente associada à anomia e os indivíduos ao longo da sua vida constroem uma idealização de que deve ser o sucesso, imposta pela própria sociedade, mas que falham na sua concretização devido à falta de meios legítimos para o fazer, favorecendo assim a perpetuação de crimes (Oliveira, 2008). Na sua pesquisa, Merton apresenta dois elementos que considera fundamentais, inseridos no âmbito de elementos culturais e sociais: objetivos de vida culturalmente definidos e vistos como legítimos para todos e as maneiras “aceitáveis” para atingir os mesmos, que são definidas, reguladas e controladas pela sociedade, porém, nem sempre as normas reguladoras correspondem às normas de eficiência (Merton, 1970 citado por Oliveira, 2008). A relação entre as condicionantes já enunciadas referentes às metas do indivíduo e as condições reais para o fazer é contraditória, gerando assim a anomia (Lima et al., 2017).

A Teoria da Anomia destaca assim que o crime e posterior desvio social não tem fundamento nas características individuais, mas sim na influência das estruturas sociais e oportunidades disponíveis. Apesar de se ter destacado de todas as outras na compreensão do crime, também foi alvo de críticas por não ser capaz de clarificar todas formas de desvio social (Shecaria, 2004).

3. Impacto da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança

Ao fim de muitos anos de aturadas pesquisas sobre o tema, os resultados demonstram que características como a pobreza, a segregação e a desordem, integrantes numa determinada comunidade, têm importantes consequências no que toca ao desenvolvimento físico e mental das crianças e jovens, ainda que as particularidades individuais e familiares não constituam um risco (Ross e Mirowsky, 2001). A perceção dos indivíduos, no geral, de segurança e estabilidade, dentro da sua comunidade, é um dos principais mecanismos que explica a relação entre o bem-estar físico e psicológico e a estratificação de uma comunidade. Comunidades que apresentem as características já previamente mencionadas, resultam numa perceção de insegurança e ameaça, do ponto de vista da experiência das crianças, que as torna mais suscetíveis a problemas do foro psíquico, através do aumento do stress psicológico, da perturbação do processamento de informação social e da alteração na forma como se envolvem ou se desligam do ambiente envolvente.

Pesquisas dentro do campo biomédico revelaram que a exposição direta a um fator de stress ambiental, como é o caso da comunidade, conduzem a uma imediata ativação dos sistemas neuro endócrino, neuro cognitivo e atencional, que, ao funcionarem todos num coletivo, resultam num aumento do estado de vigilância e num instinto rápido para tomar, quando necessário, medidas de autoproteção (Davies et al., 2007). Dentro ainda do contexto deste parágrafo, a exposição à violência está ligada a perturbações de cortisol e dos padrões de sono (Heissel et al., 2017), a um processamento e regulações emocionais comprometidas (McCoy, Roy e Raver, 2016) e por fim, a comportamentos de evitamento. Num curto espaço de tempo, estas respostas de carácter biopsicológico e psicológico podem conduzir a repercussões adversas para a saúde mental das crianças, podendo inclusive formar ramificações que se estendam à vida adulta (Molano, Harker e Cristancho 2018).

Com o efeito de examinar os efeitos propriamente ditos que advêm da exposição deste tipo de violência, torna-se fundamental realizar-se uma avaliação que recaia sobre a experiência direta que a criança tem com a violência e a quantidade real de violência que ocorre na sua comunidade (que a criança em questão possa a estar exposta direta ou

indiretamente). Esta distinção correlaciona-se com a distinção feita por Bronfenbrenner, que distingue o microsistema do exossistema (Bronfenbrenner, 1977), onde o microsistema é caracterizado como sendo o ambiente onde a criança vivencia diretamente a violência; experiências estas que estão integradas num ambiente mais amplo, denominado de exossistema. Ocorrências mais remotas que se integrem no exossistema, como por exemplo taxas de criminalidade violenta num determinado bairro, constituem um risco para o desenvolvimento da criança, ainda que a mesma não a esteja a viver diretamente, pois acabam por afetar a disponibilidade e a adequação de recursos e apoios.

No contexto do impacto da violência comunitária no desenvolvimento das crianças, cada vez mais se obtêm conhecimento relacionado sobre as variáveis que fazem um tipo de mediação entre a ligação existente entre a exposição à violência e a adaptação das crianças à mesma, bem como os fatores que possibilitam a moderação de respostas das crianças à violência comunitária. O foco na compreensão dos potenciais mediadores e moderadores dos efeitos da violência comunitária é crucial para especificar de que maneira a exposição à violência afeta o curso do desenvolvimento e, portanto, os próximos pontos terão como enfoque o anteriormente mencionado, e, em adição os principais efeitos per se do impacto da violência.

3.1. Variáveis Mediadoras e Moderadoras do Impacto da Violência Comunitária

Como já foi mencionado no ponto anterior, as variáveis mediadoras e moderadoras revelam-se cruciais no que toca ao entendimento do impacto que a violência comunitária tem no desenvolvimento da criança e cada uma das mesmas representam um peso importante: as variáveis mediadoras são caracterizadas como processos subjacentes à relação entre duas variáveis, ou seja, são mecanismos geradores pelos quais uma determinada variável independente, no caso e servindo de exemplo a violência presenciada em contexto comunitário, influencia os resultados por exemplo, no normal desenvolvimento da criança (Cummings e Davies, 2002), sendo portanto a mediação, o mecanismo responsável pelo qual uma determinada variável independente influencia uma dependente. Por outro lado, as variáveis moderadoras revelam-se relevantes para este

contexto uma vez que têm o “poder” de afetar a direção ou a força de uma relação entre uma variável considerada independente e uma dependente (Einsenberg, 2006).

No contexto dos fatores internos pertencentes às variáveis mediadoras, é importante ter em conta de que, à medida que as crianças reagem a situações de violência na comunidade, a sua adaptação à exposição ou desadaptação são suscetíveis de manipular o seu desenvolvimento e ajustamento subsequente. No seio destes fatores, foram identificadas variáveis mediadoras que conectam a violência comunitária com as relações entre pares das crianças (Michael Lynch, 2003). Regular as emoções e processar a informação social são consideradas aptidões fundamentais para a constituição de pares saudáveis e, um estudo verificou que aquando da existência de problemas na referida regulação emocional e processamento de informação, estes medeiam os efeitos negativos da exposição à violência nas relações entre pares existentes do 4º ao 6º ano (Schwartz e Proctor, 2000). A literatura vem então a confirmar, de um modo generalizado, de que a percepção que as crianças têm da sua própria exposição à violência pode efetivamente mediar o impacto que a dita exposição causa no ajustamento emocional e social, bem como as perturbações que sentem em relação à segurança (Overstreet e Braun, 2000).

No que toca aos fatores que residem no ambiente social envolvente, há cada vez mais estudos que chegam à conclusão de que a exposição à violência está associada a uma parentalidade comprometida e, a angústia materna que advém desta mesma exposição revela-se um fator crucial (Aisenberg, 2001). A duração e a proximidade da exposição afetam também os pais das crianças e a relação que estabelecem entre si, gerando igualmente sentimentos de stress, medo, ansia e depressão. Sendo a família um pilar fundamental no que toca à proteção e transmissão de segurança para com as crianças, e estando estas funções comprometidas com a presença da violência, existe a probabilidade de a criança sentir o oposto, uma vez que os pais podem, direta ou indiretamente, espelhar os seus sentimentos através de ações e, conseqüentemente, serem incapazes de ajudar os seus filhos a lidar com a violência presenciada.

Como nem todas as crianças reagem de forma igual à violência que presenciam, foram identificados fatores que podem influenciar e moderar as respostas das mesmas, identificação esta que se mostra crucial dada a oportunidade limitada que as crianças têm de evitar a violência comunitária. Estes mesmos fatores integram-se, à semelhança das variáveis mediadoras, na esfera individual das crianças e no ambiente circundante.

Apesar de ainda não existir muita pesquisa empírica que possa efetivamente corroborar a ideia de que existem de facto diferenças individuais que fundamentem a vulnerabilidade biológica das crianças, já se sabe que existe a possibilidade das mesmas poderem moderar e moldar as respostas específicas das crianças face à violência. Dentro do âmbito dos fatores individuais, destaca-se a Memória do Trabalho, nos estudos em que é abordada é designada em inglês “Working Memorie” e, apesar de ainda não ser um fator moderador muito estudado, apresenta-se importante na relação entre a exposição à violência comunitária e comportamentos violentos como a agressão (Jakubovic e Drabick, 2020). A Memória de Trabalho entende-se como sendo um componente cognitivo associado à memória que permite a retenção de informação num “lugar” acessível, porém limitado. Este componente facilita no geral o planeamento, a compreensão, o raciocínio e a resolução de problemas (Cowan, 1998). Acredita-se que a Memória de Trabalho, quando é eficaz e não apresenta quaisquer falhas, pode tornar-se fundamental para um bom desenvolvimento do controlo emocional e comportamental entre jovens que estão expostos à violência (Vuontela et al., 2013), tendo em conta que esta permite às crianças e jovens aprender, raciocinar e gerir novas informações, armazenar e manipular as mesmas, integrando-as com as informações já integradas na memória a longo prazo (Aronen et al., 2005). Uma falha neste componente pode resultar numa atenuação da capacidade de manter todo um vasto armazenamento de opções, respostas e respostas consequentes possíveis, passíveis de ser dadas imediatamente e, ao invés, ser gerada uma resposta social adequada que incorpore a informação que está presente na memória a longo-prazo, em particular perante uma provocação (McQuade et al., 2013). Este fator dito moderador, por um lado, na eventualidade de ocorrer uma deterioração no mesmo, pode-se tornar num fator de risco para crianças e jovens que estejam a ser vitimizados; por outro lado, um bom funcionamento deste componente cognitivo, conduz a uma maior clareza nas escolhas do dia-a-dia e posteriormente numa inibição de comportamento agressivo.

Na vertente relacionada com o ambiente social e os fatores que possam moderar as respostas face à violência, a coesão e apoio fundamental revelam-se os principais mecanismos. Como fundamento, a pesquisa empírica demonstrou que crianças que vivam em bairros violentos, mas em casas altamente coesas, registavam menos problemas de externalização (Plybon e Kliever, 2001).

Em jeito de conclusão deste ponto, os fatores mencionados acima podem funcionar como fatores de proteção, protegendo assim as crianças do impacto que a violência comunitária pode efetivamente causar nas mesmas.

3.2. Análise Multidimensional dos Efeitos da Exposição

A exposição à violência, ao longo da literatura, demonstrou-se associada não só com a presença de sintomatologia clínica como perturbações no desenvolvimento da criança. Neste ponto, irão ser clarificados os efeitos propriamente ditos que advêm desta mesma exposição e serão divididos em efeitos de cariz psicobiológico, efeitos associados ao consumo de substâncias, à Perturbação de Stress Pós-Traumático, à relação entre pares e por fim, mas não menos importante a comportamentos de externalização e internalização.

A literatura referente à investigação clínica, contém diversos estudos que evidenciam os efeitos neurológicos e fisiológicos do trauma da exposição no que toca a reações de stress e estimulação individual (Perry e Fellow, 2001). De modo a contextualizar, é importante explicar de que maneira funciona o sistema nervoso e como é que o mesmo pode ser afetado. Todos os seres humanos passam por situações menos favoráveis e estas fazem parte do percurso da vida sendo consideradas normais, aquando de uma situação dita normal, o sistema nervoso central, como resposta, ativa estruturas cerebrais que influenciam a estimulação geral do indivíduo e a sua capacidade de regular o stress. No âmbito desta resposta, o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal desempenha um papel central na regulação da resposta ao stress, pelo que se dá um aumento inicial da produção de cortisol que, conseqüentemente contribui para a estimulação automática, incluindo o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial, dando origem a uma resposta de sobressalto, por norma exagerada. A literatura crê que a exposição a um tipo de stress que foge ao que é o normal, o stress crónico ou traumático, resulta numa desregulação do eixo enunciado, que pode levar a uma hiperestimulação crónica, que pode contribuir para o fenómeno da Hiper vigilância e para os sintomas da Perturbação de Stress Pós-Traumático; ou ainda a um padrão "dissociativo" de redução da capacidade de resposta que pode coadjuvar para sentimentos de impotência e depressão (Margolin e Gordis, 2000).

A Perturbação de Stress Pós-Traumático, já anteriormente enunciada, nestes parâmetros, está positivamente correlacionada com a exposição à violência na comunidade, seja ela de que tipo for, direta ou indireta – ouvir falar em, testemunhar ou ser efetivamente vitimizado – em crianças com idade compreendida entre os primeiros anos do ensino básico até à adolescência (Fitzpatrick e Boldizar, 1993). Não obstante o tipo de exposição, a exposição de carácter crónico e a vitimização pessoal podem ser mais relevantes no que toca ao desenvolvimento da sintomatologia (Lynch e Cicchetti, 1998).

No que toca ao consumo de substâncias, esta atividade funciona como um escape ao stress que é sentido aquando da exposição à violência (Kilpatrick et al., 1997). Estudos revelam que a exposição enunciada está associada a um aumento de consumo de álcool entre os jovens que pertencem às faixas etárias integrantes do 6º ao 10º ano (Schwab-Stone et al., 1995) e, em relação ao consumo de drogas, este teve um aumento em jovens pacientes de psiquiatria, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos (Fehon, Grilo e Lipschitz, 2001).

No âmbito da relação entre pares, verificou-se que a exposição à violência na comunidade está associada a níveis mais elevados de agressão por parte dos pares (Schwartz e Proctor, 2000) e, verificou-se também que as crianças que foram vitimadas tinham maior probabilidade de se envolverem em comportamentos antissociais e bullying, sendo as mesmas mais suscetíveis de serem rejeitadas pelos seus pares do que as crianças que não foram ou que foram menos vitimadas.

Relativamente aos comportamentos de externalização e internalização, existe uma relação entre ambos com a exposição. Diversos estudos demonstraram que a exposição à violência se correlaciona positivamente com o comportamento antissocial, em crianças com idades entre 6 a 15 anos de idade (Schwab-Stone et al., 1995). Outros estudos relataram que o comportamento de externalização entre crianças de 7 a 12 anos previa uma maior exposição à violência comunitária um ano depois, ainda que a exposição anterior fosse controlada. Tendo em conta os resultados, chegou-se à conclusão de que poderia existir a possibilidade de um ciclo de auto-perpetuação entre a exposição à violência comunitária e o comportamento de externalização (Lynch e Cicchetti, 1998). Numa outra vertente, os comportamentos de internalização estão positivamente associados a ansiedade e depressão em crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos de idade. No entanto, a internalização pode estar mais intensamente

associada a determinados tipos de exposição à violência, um dos estudos que confirma o anteriormente dito pertence a Fitzpatrick (1993) e este relata que a depressão estava associada apenas experiências de vitimização pessoal e não estava relacionada com o facto de testemunhar violência. Para além dos sintomas previamente enunciados, a exposição à violência está também associada a perturbações relacionadas com a autoestima, ansiedade de separação e insegurança relacional, inclusive estudos demonstram que a vitimação por o tipo de violência em questão está associada a uma menor autoestima em crianças com idades entre os 7 e 12 anos (Lynch e Cicchetti, 1998). Além destes registos, pesquisa sobre o tema constatou ainda que crianças que tenham sido vitimadas pessoalmente à violência ou expostas através do seu testemunho apresentavam níveis significativos de ansiedade de separação e sentimentos de insegurança face aos cuidadores (Lynch e Cicchetti, 2002).

Antes de se dar a passagem contextual da parte teórica deste projeto para a parte empírica, é crucial realizar-se uma revisão de estudos de modo à contextualização do problema da pesquisa ser claro, para identificar e facilitar uma melhor compreensão das lacunas existentes e para auxiliar no fundamento da questão em si. O próximo ponto focar-se-á então no previamente enunciado.

4. Desafios de Pesquisa e Estratégias em Contexto Nacional e Internacional

A literatura relacionada com o impacto da violência comunitária no que toca ao desenvolvimento da criança abarca diversos estudos e, ainda que seja um fenómeno presente na sociedade há décadas, permanecem ainda algumas lacunas nas pesquisas empíricas. Estudos mais antigos como é o caso do estudo proposto por Michael Lynch (2003), com foco exclusivo nas consequências que advêm da exposição da criança à violência, revelou limitações relacionadas com a identificação de fatores de risco coexistentes, constituindo os mesmos um entrave à identificação de fatores unicamente associados à exposição da violência comunitária. De modo a resolver este entrave, seria necessário que os investigadores aplicassem os seus estudos em diversas comunidades sem as mesmas terem especificidades como por exemplo a pobreza e o crime, de maneira que a amostra cobrisse toda uma população, fosse posteriormente analisada e se

verificasse efeitos específicos, com o objetivo de se perceber se os mesmos eram diretos e/ ou podiam ser mediados ou moderados por outras situações paralelas. Sem a aplicação específica mencionada anteriormente, a melhor conclusão a que os cientistas que estudam a matéria podem chegar, traduz-se na afirmação de que o desenvolvimento das crianças é suscetível de ser influenciado em ambientes caracterizados por fatores de risco cumulativos.

Um outro estudo, também referido no decorrer deste projeto, relativo à “Working Memory” – Memória do Trabalho – realizado em 2020, deu de caras com limitações semelhantes ao estudo já anteriormente mencionado, no que toca à compreensão dos fatores de risco e da relação entre comportamento agressivo e exposição à violência como consequência. Este estudo aponta como fundamental para ultrapassar as limitações encontradas, serem explorados os diversos tipos de agressão, a exposição à própria violência, ou seja, se ocorre de forma indireta ou direta e os índices da referida memória de trabalho, isto é, se a criança recorre à utilização de estratégias relacionadas com a mesma ou se recorre à “memória básica”. Todas estas condicionantes enunciadas revelam-se cruciais na medida em que existe a possibilidade das mesmas poderem prover informações mais detalhadas relativamente aos fatores que efetivamente se apresentam como um risco ou como um fator de resiliência. Ambos os estudos previamente referidos, demonstram que uma grande limitação da literatura persiste na dificuldade em identificar fatores unicamente exclusivos no que toca à exposição da violência comunitária.

Não obstante as limitações e tendo em conta de que é um fenómeno que tende a persistir dado o histórico, foram criados programas com o intuito de intervir e prevenir a violência comunitária. A nível internacional, nos Estados Unidos da América, através de informação disposta no seu website oficial, o programa The Office for Victims of Crime, foi criado em 1988 com o principal objetivo de providenciar ajuda e justiça para as vítimas de crimes e, juntamente com, traduzido para português, o Instituto Nacional de Justiça e o Gabinete de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência, elaborou uma iniciativa que consiste em diversos programas de prevenção e intervenção que incluem parcerias entre residentes da comunidade em questão, instituições governamentais locais, forças policiais, hospitais e outros interessados da comunidade, com o intuito de prevenir e reduzir a criminalidade violenta nas comunidades. Também em Portugal foi criado, em 2020, pela Resolução do Conselho de Ministros (nº52-A), um grande projeto denominado de “Bairros Saudáveis” com principal enfoque na melhoria das condições de saúde, bem-

estar e qualidade de vida nas comunidades mais vulneráveis, segundo o que consta no seu website oficial. À semelhança dos programas nos Estados Unidos, este conta com a colaboração de associações, organizações não governamentais, autoridades de saúde, autoridades públicas, moradores e tem como principais objetivos: promover iniciativas de desenvolvimento local; providenciar intervenções eficazes no âmbito da comunidade, com o objetivo de as tornar mais resilientes e inclusivas; promover espaços comunitários mais seguros e inclusivos e proceder à requalificação dos mesmos criando condições para que tal aconteça; e, por último, excluir a discriminação para contribuir para um espaço seguro de convivência entre moradores.

As estratégias de intervenção previamente enunciadas revelam-se benéficas para a redução de fatores de risco gerais, sendo desta forma, o ambiente envolvente menos propício a impactar o desenvolvimento da criança.

A revisão da literatura realizada até então, manifesta-se como fundamental para identificar lacunas existentes na matéria em questão e contribuir para o conhecimento através da identificação de tendências, padrões e as já mencionadas lacunas. Além disso, a mesma serve também de fundamentação teórica para o próximo capítulo que se segue – a pesquisa empírica. Assim, este passo, na construção de um trabalho científico, evidencia a sua importância não só por o facto de fornecer a informação necessária, mas também por servir como uma espécie de guia, aprovisionando uma base sólida para o estudo posterior.

Parte II - Proposta de Investigação

1. Objetivos Gerais e Específicos

Tal como já foi referido no decorrer deste projeto, a exposição à violência comunitária pode gerar agravantes relacionadas com o desenvolvimento da criança, associadas principalmente ao foro psíquico da mesma, prejudicando assim a sua saúde mental, uma vez que tem a si associados diversos tipos de desfechos e tipos de violência concomitantes, também já anteriormente evidenciados, que impactuam de forma mais intensa ou menos o desenvolvimento da criança, em função dos fatores de risco e/ ou fatores de proteção presentes na comunidade em questão. A exposição à violência comunitária não só afeta as crianças como também a sua respetiva família, podendo a mesma não percecionar situações ou ambientes de risco uma vez que está familiarizada com o contexto e, muitas vezes, o mesmo é visto como seguro.

Posto isto, e tendo em consideração de que a exposição à violência e os efeitos que advêm da mesma solidificam-se através de uma estrutura constituída pelo risco e resiliência, torna-se crucial compreender a relação que é estabelecida entre a exposição à violência na comunidade, os fatores de proteção associados à resiliência já mencionada ao longo do projeto e os efeitos na saúde mental das crianças. Esta relação será assim o ponto de partida para a elaboração do estudo empírico.

Considerando o objetivo principal previamente enunciado, através do mesmo, foram criados os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar a predominância das diferentes formas de violência comunitária e respetivo impacto na criança;
- ii. Identificar os fatores de proteção existentes na comunidade e na criança de modo a compreender que recursos podem influenciar e contruir a resiliência nas crianças;

2. Método

Os métodos de estudo que apoiam a elaboração de um estudo empírico diferem entre métodos quantitativos e métodos qualitativos. Ambos os métodos conferem vantagens para a pesquisa uma vez que permitem uma melhor compreensão dos fenómenos, porém fornecem conhecimento diferente uma vez que, segundo os métodos quantitativos disponibilizam conhecimento através de dados numéricos e os métodos qualitativos disponibilizam esse mesmo conhecimento por meio de recolha de perceções e experiências que representam a realidade como um todo (Cook e Reichardt, 1979)

Dado que a relação entre as variáveis em questão (exposição à violência, fatores de proteção e resultados na saúde mental) são experienciadas por a população pertencente à comunidade em questão, o método qualitativo revela-se o mais conveniente para prosseguir este estudo, uma vez que uma das maiores vantagens deste tipo de pesquisa metodológica é a capacidade de explicitar padrões e processos sociais que não são passíveis de serem quantificados como atitudes, experiências e comportamentos (Tenny, Brannan e Brannan, 2022).

Para a elaboração desse estudo, propõe-se, como já foi enunciado previamente, a utilização do método qualitativo, cujos dados levantados serão objeto de uma análise descritiva e correlacional, devido ao facto de se procurar obter um juízo de valor relativamente aos elementos que influenciam determinado fenómeno.

2.1. Amostra

Tendo em conta de que, no âmbito do tema deste projeto, a focalização da violência reside na comunidade, o estudo seria realizado com todas as crianças pertencentes a um contexto social específico, como por exemplo um bairro na cidade do Porto. As crianças participantes da amostra frequentariam entre o 3º e o 10º ano escolar.

Na constituição da amostra, é importante também delimitar os critérios de inclusão e de exclusão. Neste caso, no âmbito dos critérios de inclusão, fariam parte todas as crianças que reunissem as seguintes condições: residir numa comunidade urbana em que a exposição à violência fosse uma constante; as crianças teriam necessariamente de ter entre

os 8 e os 16 anos de idade e serem tanto do sexo masculino como do sexo feminino; e, por último, residirem com um agregado familiar. Por outro lado, dos critérios de exclusão fariam parte quaisquer outras crianças e respetivos agregados familiares que vivessem num contexto diferente.

2.2. Instrumentos

O instrumento mais adequado para proceder à recolha de dados deste estudo seria o de inquérito por questionário. De maneira a compreender e avaliar as diversas formas de vitimação associadas à exposição à violência comunitária por parte das crianças, iria ser utilizado na versão traduzida e adaptada para português por Sani e Caridade (2016), o The Juvenile Victimization Questionnaire (JVQ; Finkelhor et al., 2005) (Anexo I). Este questionário tem na sua base 34 perguntas agrupadas em 5 módulos diferentes – o primeiro módulo consiste em 8 questões relacionadas com crimes convencionais; o segundo refere-se a maus-tratos a crianças e tem um total de 4 itens a serem respondidos; o terceiro módulo abrange 6 questões relativas à vitimação entre pares e irmãos; o quarto diz respeito a 7 itens relacionados com questões de abuso sexual; e, o último módulo concerne a vitimação direta ou indireta com 9 perguntas.

No decurso dos objetivos específicos mencionados anteriormente, também se evidenciou a importância de identificar crianças que beneficiassem de reforço dos fatores de proteção, para um melhor entendimento de como é que eles agem e contribuem para a resiliência da criança, especialmente em situações de risco. De modo a ser passível prosseguir com esta identificação, seria utilizada a Escala de Fatores de Resiliência de Takviriyanun (2008) (Anexo II), traduzida para português por Vilelas et al. (2013), constituída por 25 itens divididos entre 6 subgrupos: Determinação e Competências para Resolver Problemas; Suporte Individual; Outros Tipos de Apoio; Pensamento Otimista; Assertividade; e, Autorregulação e Competências Sociais. Para obtenção de resposta, é utilizada uma escala de 4 pontos do tipo Likert, que varia entre irrelevante (1) e extremamente relevante (4).

2.3. Procedimentos

No que diz respeito aos procedimentos a serem tidos em conta para o prosseguimento do estudo em questão, primeiramente e porque se trata de dois questionários distintos que procuram obter informações pessoais relativas à amostra em questão, deverá ser redigido um pedido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (Anexo III), uma vez que o mesmo é sempre crucial aquando da necessidade de proteger e salvaguardar a dignidade e integridade humanas bem como o exercício de consentimento de quem está a responder. Uma vez preenchido o formulário e o mesmo ser analisado e aceite pela Comissão de Ética, o próximo passo será redigir um Consentimento Informado (Anexo IV) dirigido ao agregado familiar da criança, uma vez que a população alvo não atingiu a maioria, com o intuito de obter confirmação ou não para participar no estudo.

Uma vez realizadas as burocracias necessárias, os dois instrumentos enunciados previamente serão aplicados à população conjuntamente, de forma presencial e em papel, partindo do princípio de que numa comunidade mais desfavorecida nem todos têm acesso a computadores. Será feita uma breve introdução, de carácter apelativo à população em questão e, após possíveis esclarecimentos, serão entregues os questionários, aplicados sem tempo limite e sempre com a supervisão e ajuda da investigadora e colaboradores licenciados e experientes na área em questão.

Realizados os questionários, a análise de dados será feita com o auxílio de um software de apoio à pesquisa, escolhido pela investigadora consoante o que for mais conveniente aos instrumentos previamente utilizados.

3. Resultados Esperados

Os resultados esperados, após a análise dos questionários, seriam em função dos objetivos traçados inicialmente, isto é, demonstrariam uma relação positiva entre a presença de fatores de proteção associados à resiliência e a exposição à violência, influenciando desta forma os efeitos na saúde mental das crianças. No que toca à identificação da predominância de diversos tipos de violência e conseqüente impacto na criança, afirmar-se-ia que crianças expostas direta ou indiretamente aos diversos tipos de crimes de uma

determinada comunidade, tais como roubos, vandalismos, ofensas à integridade física revelavam uma maior probabilidade de apresentar sintomas como depressão e ansiedade (Dong et al., 2013) bem como o desenvolvimento de sintomas relacionados com stress pós-traumático (Chan, 2013).

Apesar das consequências negativas enunciadas aquando da exposição à violência na comunidade, a presença de fatores de proteção demonstrar-se-ia crucial uma vez que, são estes que associados à presença de ameaças à adaptação e desenvolvimento da criança constroem a resiliência infantil (Masten, 2001; Rutter, 1990). No âmbito da resiliência, alguns fatores que poderiam ser atribuídos a crianças resilientes seriam possuir laços de apego com os seus cuidadores e relações positivas com outros adultos; habilidades intelectuais e de autorregulação; auto percepção positiva e vínculos com a escola ou outras organizações (Masten, 2009). Este mesmo fator, em situações de risco, ameaça ou vulnerabilidade podem contribuir e favorecer o desenvolvimento e o bem-estar das crianças (Bronfenbrenner, 1996) corroborando assim a ideia inicial de que a presença de fatores de proteção aquando da violência ameniza e influencia o seu impacto e a resposta à mesma.

4. Conclusão

O estudo realizado ao longo deste projeto, evidencia através da análise que foi elaborada relativamente à vitimação, ao impacto da exposição e consequentes efeitos e respetivos fatores de risco e proteção, que de facto o impacto da violência comunitária no desenvolvimento da criança é um quadro tanto complexo como preocupante, constituindo um risco significativo para um crescimento saudável das crianças, gerando uma maior probabilidade de desenvolver perturbações no âmbito do foro psíquico e adversidades académicas e sociais. Estas perturbações traduzem-se, no geral, em transtornos como o Transtorno de Stress Pós-Traumático, ansiedade e depressão porém, no decurso deste trabalho, conclui-se também que apesar da exposição impactar de forma negativa o desenvolvimento, a presença de fatores de proteção ameniza de certa forma as situações de risco, criando assim uma base de resiliência nas crianças.

Apesar de ser um fenómeno relativamente pouco estudado na literatura a comparar com outros tipos de violência, facto este que constitui uma limitação ao estudo da temática, caracteriza-se como sendo uma problemática crescente, em que o seu impacto é, como já foi anteriormente dito, prejudicial ao normal desenvolvimento da criança tornando-se assim prepotente desenvolver estratégias de prevenção e intervenção com o objetivo lógico de reduzir a exposição à violência comunitária e consequentemente os efeitos da mesma.

Este estudo revela-se assim importante no sentido em que, ao ser executado, promove melhorias significativas na vida das crianças e respetiva rede de apoio, na sua saúde mental, educação e desenvolvimento social.

Referências Bibliográficas

- Aisenberg, E. (2001). The Effects of Exposure to Community Violence upon Latina Mothers and Preschool Children. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 23(4), pp.378–398. <https://doi.org/10.1177/0739986301234003>.
- Aisenberg, E. and Herrenkohl, T. (2008). Community Violence in Context. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(3), pp.296–315. <https://doi.org/10.1177/0886260507312287>.
- Aronen, E. T., Vuontela, V., Steenari, M.-R., Salmi, J., & Carlson, S. (2005). *Working memory, psychiatric symptoms, and academic performance at school. Neurobiology of Learning and Memory*, 83(1), 33–42. <https://doi.org/10.1016/j.nlm.2004.06.010>.
- Bairros Saudáveis. [Em Linha]. Disponível em <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/o-programa/o-que-e/index.htm> [Consultado em 04-10-2023]
- Bell, E., & Jenkins, E. J. (1991). *Traumatic stress and children. Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 1(1), pp. 75-185.
- Bell, C. C., & Jenkins, E. J. (1993). *Community Violence and Children on Chicago's Southside. Psychiatry*, 56(1), 46–54. <https://doi.org/10.1080/00332747.1993.11024620>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Artes Médicas.
- Buckner, J.C., Beardslee, W.R. and Bassuk, E.L. (2004), *Exposure to Violence and Low-Income Children's Mental Health: Direct, Moderated, and Mediated Relations. American Journal of Orthopsychiatry*, 74: 413-423. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.74.4.413>
- Cook, T. D., & Reichardt, C. S. (Eds.). (1979). *Qualitative and quantitative methods in evaluation research* (Vol. 1). Beverly Hills, CA: Sage publications.
- Cowan, N. (1988). *Evolving conceptions of memory storage, selective attention, and their mutual constraints within the human information-processing system. Psychological Bulletin*, 104(2), 163–191. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.104.2.163>.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). *Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31–63. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00003>
- Da Conceição, M., Ribeiro, O. and Sani, A. (s.d.). *RISCO, Proteção E Resiliência EM Situações DE Violência*. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1294/2/400-407_FCS_06_-7.pdf.
- Davis et al., (2015). *Community violence exposure and callous–unemotional traits in adolescents: Testing parental support as a promotive versus protective*

factor. Personality and Individual Differences, 77, pp.7–12.

<https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.12.024>.

Edwards, J. R., and Lambert, L. S. (2007). *Methods for integrating moderation and mediation: A general analytical framework using moderated path analysis*. *Psychological Methods*, 12, 1–22.

Eisenberg, N. (2006). Introduction. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of Child Psychology: Social, Emotional, and Personality Development* (pp. 1–23). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc

Engle, P. L., Castle, S., & Menon, P. (1996). Child development: Vulnerability and resilience. *Social science & medicine*, 43(5), 621–635. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(96\)00110-4](https://doi.org/10.1016/0277-9536(96)00110-4)

europemc.org. (2017). *Europe PMC*. [online] Available at: <https://europemc.org/article/NBK/nbk470395>.

Farver et al., (2005). Community Violence, Family Conflict, and Preschoolers' Socioemotional Functioning. *Developmental Psychology*, 41(1), 160–170. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.41.1.160>

Feder, D. (2018). *Resiliência: Como a mente supera as adversidades*. EMSE EDAPP.

Fehon, D., Grilo, C., & Lipschitz, D. (2001). *Correlates of community violence exposure in hospitalized adolescents*. *Comprehensive Psychiatry*, 42, 283–290. <https://doi.org/10.1053/comp.2001.24580>

Finkelhor et al., (2015). *Prevalence of childhood exposure to violence, crime, and abuse: Results from the National Survey of Children's exposure to violence*. *JAMA Pediatrics*, 169(8), 746–754. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2015.0676>.

Finkelhor, D., Hamby, S., Ormrod, R., & Turner, H. (2005b). *The juvenile victimization questionnaire: Reliability, validity, and national norms*. *Child Abuse and Neglect*, 29, 383 – 412. doi:10.1016/j.chiabu.2004.11.001

Fitzpatrick, K. M., & Boldizar, J. P. (1993). *The prevalence and consequences of exposure to violence among African-American youth*. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32, 424–430. <https://doi.org/10.1097/00004583-199303000-00026>

Gorman-Smith, D., Henry, D. B., & Tolan, P. H. (2004). Exposure to community violence and violence perpetration: The protective effects of family functioning. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(3), 439–449. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3303_2

Greer, C. (2017). News media, victims and crime. In P. Davies, P. Francis, & C. Greer (Eds), *Victims, crime and society: An introduction* (pp. 48- 65, 2nd Ed). United Kingdom: Sage Publications.

Guterman, N.B., Cameron, M. e Staller, K. (2000). *Definitional and measurement issues in the study of community violence among children and youths*. *J. Community Psychol.*, 28: 571-587. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(200011\)28:6<571::AID-JCOP3>3.0.CO;2-Q](https://doi.org/10.1002/1520-6629(200011)28:6<571::AID-JCOP3>3.0.CO;2-Q)

Heissel et al., (2017). Violence and vigilance: the acute effects of community violent crime on sleep and cortisol. *Child Development*. doi:10.1111/cdev.12889

Jakubovic, R.J. and Drabick, D.A.G. (2020). Community Violence Exposure and Youth Aggression: The Moderating Role of Working Memory. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 48(11), pp.1471–1484. <https://doi.org/10.1007/s10802-020-00683-y>.

Kett (Eds), *International Handbook of Victimology* (pp. 3-25). Boca

Kilpatrick et al., (1997). *A 2-year longitudinal analysis of the relationships between violent assault and substance use in women*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 834–847

Krug et al., (2002). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization.

Lima et al., (2017). Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, [online] 5(2), pp.70–94. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6632709> [Consultado em 20-10-2023].

Luthar, S.S., Cicchetti, D. and Becker, B. (2000). The Construct of Resilience: a Critical Evaluation and Guidelines for Future Work. *Child Development*, 71(3), pp.543–562. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00164>.

Lynch, M. (2003). Consequences of Children’s Exposure to Community Violence. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(4), pp.265–274. <https://doi.org/10.1023/b:ccfp.0000006293.77143.e1>.

LYNCH, M. and CICCETTI, D. (1998). *An ecological-transactional analysis of children and contexts: The longitudinal interplay among child maltreatment, community violence, and children’s symptomatology*. *Development and Psychopathology*, 10(2), pp.235–257. <https://doi.org/10.1017/s095457949800159x>.

Lynch, M., & Cicchetti, D. (2002). *Links between community violence and the family system: Evidence from children’s feelings of relatedness and perceptions of parent behavior*. *Family Process*, 41, 519–532. [10.1111/j.1545-5300.2002.41314.x](https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.41314.x)

Machado, H. (2008). *Manual de sociologia do crime*. Afrontamento.

- Margolin, G. and Gordis, E.B. (2000). The Effects of Family and Community Violence on Children. *Annual Review of Psychology*, 51(1), pp.445–479. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.445>.
- McCoy, D. C., Roy, A., & Raver, C. (2016). *Neighborhood crime as a predictor of individual differences in emotional processing and regulation*. *Developmental Science*, 19(1), 164- 174. doi:10.1111/desc.12287
- McQuade et al., (2013). *Working memory and social functioning in children*. *Journal of Experimental Child Psychology*, 115(3), 422–435. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2013.03.002>
- Molano, A., Harker, A., & Cristancho, J. C. (2018). *Effects of indirect exposure to homicide events on children’s mental health: evidence from urban settings in Colombia*. *Journal of Youth and Adolescence*. doi:10.1007/s10964-018-0876-8
- Molina, A. G. P. D., & Gomes, L. F. (2000). Introdução aos fundamentos teóricos da criminologia. *Molina, AGP, Gomes LF, organizadores. Criminologia: Introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei, 9, 95*.
- Neil B. Guterman; Mark Cameron; Karen Staller (2000). *Definitional and measurement issues in the study of community violence among children and youths.*, 28(6), 571–587.
- Oliveira, W.F. de (2008). Violência e Saúde Coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. *Saúde e Sociedade*, 17(3), pp.42–53. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300006>.
- Overstreet, S., & Braun, S. (2000). *Exposure to community violence and post-traumatic stress symptoms: Mediating factors*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70, 263–271.
- Perry, B. and Fellow, S. (2001). *The Neurodevelopmental Impact of Violence in Childhood*. Chapter, American Psychiatric Press [Em Linha]. [Disponível em] <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=9339a48365eed02cafd7c32487bf001c86117ccf>. [Consultado em 03-10-2023]
- Pina, M (2016). Vitimação. In R. Maia, L. Nunes, S. Caridade, A. Sani, A., R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes, & L. Afonso (Coord.), *Dicionário - crime, justiça e sociedade* (pp. 534-536). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinheiro, P.S. (2006). Violence against children: a global report. *Ciência & Saúde Coletiva*, [online] 11(2), pp.453–460. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000200022>.
- Pinto, L.W. e Assis, S.G. de (2013). *Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil*. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, [online] 16, pp.288–300. doi:<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000200006>.

Plybon, L. E., & Klierer, W. (2001). Neighborhood types and externalizing behavior in urban school-age children: Tests of direct, mediated, and moderated effects. *Journal of child and family studies*, 10, 419-437.

Prado et al., (2014), "ANÁLISE DE MEDIAÇÃO, MODERAÇÃO E PROCESSOS CONDICIONAIS." *Revista Brasileira de Marketing*, Vol. 13, núm.4, pp.4-24 [Consultado: 30 de Outubro de 2023] . Disponível em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747342002>

Raton: CRC Press. <https://doi.org/10.1201/EBK1420085471-c1>.

Rego, M. R. D. F. L. (2019). A teoria da anomia social no estudo criminal. *Revista Transgressões*, 7(02), 199-223.

Richman, J. M. e Fraser, M. W. (2001). Resilience in childhood: The role of risk and protection. In *The context of youth violence: Resilience, risk, and protection* (pp. 1-12).

Richters, J.E. and Martinez, P. (1993). The Nihm Community Violence Project: I. Children as Victims of and Witnesses to Violence. *Psychiatry*, 56(1), pp.7–21. <https://doi.org/10.1080/00332747.1993.11024617>.

Ross, C. E., & Mirowsky, J. (2009). Neighborhood disorder, subjective alienation, and distress. *Journal of health and social behavior*, 50(1), 49-64. <https://doi.org/10.1177/002214650905000104>

Salzinger et al., (2002). An ecological framework for understanding risk for exposure to community violence and the effects of exposure on children and adolescents. *Aggression and Violent Behavior*, 7(5), pp.423–451. [https://doi.org/10.1016/s1359-1789\(01\)00078-7](https://doi.org/10.1016/s1359-1789(01)00078-7).

Sani, A. Caridade, S. (2016). Vitimação múltipla infantil e juvenil: Orientações para a prática interventiva. In A. Sani, & S. Caridade (Eds.), *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp.3-18). Lisboa: Pactor

Schwab-Stone et al., (1999). *No Safe Haven II: The effects of violence exposure on urban youth*. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 38, 359–367.

Schwartz, D., & Proctor, L. (2000). *Community violence exposure and children's social adjustment in the school peer group: The mediating roles of emotion regulation and social cognition*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, 670– 683.

Shecaira, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Stanko, E.A. (2006). Theorizing About Violence. *Violence Against Women*, 12(6), pp.543–555. <https://doi.org/10.1177/1077801206289137>.

Strobl, R. (2010). Becoming a victim. In S. G. Sloham, P. Knepper, & M.

The Office For Victims and Crimes. [Em Linha]. Disponível em <https://ovc.ojp.gov/topics/community-violence-intervention/cvi-fact-sheet.pdf> [Consultado em 07-10-2023]

Ungar, M. (2018). Systemic resilience: Principles and processes for a science of change in contexts of adversity. *Ecology and Society*, 23 (4). <http://doi.org/10.5751/ES-10385-230434>

Vilelas et al., Escala de Fatores de Resiliência de Takviriyannun: Propriedades Psicométricas da Versão Portuguesa The Resilience Factors Scale of Takviriyannun: Psychometric Properties of The Portuguese Version https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23904/1/PE17-1_2_16.pdf.

Vuontela et al., (2013). Working memory, attention, inhibition, and their relation to adaptive functioning and behavioral/ emotional symptoms in school-aged children. *Child Psychiatry & Human Development*, 44(1), 105–122. <https://doi.org/10.1007/s10578-012-0313-2>.

WoodsJaeger et al., (2020) *Building a Contextually-Relevant Understanding of Resilience among African American Youth Exposed to Community Violence*, *Behavioral Medicine*, 46:3-4, 330 339, DOI: [10.1080/08964289.2020.1725865](https://doi.org/10.1080/08964289.2020.1725865)

Anexos

Anexo I – The Juvenile Victimization Questionnaire

Traduzido e Adaptado por Ana Sani e Sónia Caridade

De seguida vamos colocar-te algumas questões acerca do que poderá ter acontecido na tua vida. As tuas respostas serão mantidas em total privacidade, pelo que não deves colocar o teu nome no questionário. Se existir alguma questão em particular que não queiras responder, não precisas de o fazer. Mas é importante que sejas o mais honesto/a possível, para que os investigadores possam perceber bem o que crianças/jovens da tua idade enfrentam.

C1. Em algum momento na tua vida, alguém usou da força para te tirar algo que levavas ou vestias?

Sim Não Não tenho a certeza

C2. Em algum momento na tua vida, alguém te roubou algo e nunca te devolveu? Coisas como uma mochila, dinheiro, um relógio, roupa, bicicleta, um rádio ou algo semelhante.

Sim Não Não tenho a certeza

C3. Em algum momento na tua vida, alguém partiu ou estragou alguma das tuas coisas de propósito?

Sim Não Não tenho a certeza

C4. Por vezes as pessoas são agredidas com paus, pedras, armas, facas ou outras coisas que magoam. Em algum momento na tua vida, alguém te agrediu ou atacou de propósito com um objeto ou arma? Num local como em casa, na escola, numa loja, num carro, numa rua, ou semelhante.

Sim Não Não tenho a certeza

C5. Em algum momento na tua vida, alguém te bateu ou agrediu sem usar um objeto ou arma?

Sim Não Não tenho a certeza

C6. Em algum momento na tua vida, alguém começou a atacar-te, mas por algum motivo, isso não aconteceu? Por exemplo, alguém te ajudou ou conseguiste escapar?

Sim Não Não tenho a certeza

C7. Em algum momento na tua vida, alguém ameaçou magoar-te e tu pensaste que poderia mesmo fazê-lo?

Sim Não Não tenho a certeza

C8. Em algum momento na tua vida, alguém tentou raptar-te?

Sim Não Não tenho a certeza

C9. Em algum momento na tua vida, tu já foste agredido ou atacado devido à tua cor de pele, religião, ou às origens da tua família? Por causa de uma deficiência física? Ou porque alguém disse que tu eras gay?

Sim Não Não tenho a certeza

A seguir vamos perguntar-te acerca dos adultos que cuidam de ti. Isto significa pais, amas/ babysitters, adultos que vivem contigo e outros que olham por ti.

Antes de começar, queremos lembrar-te que as tuas respostas serão mantidas em total privacidade. Se existir alguma questão em particular que não queiras responder não tens que o fazer. Mas é importante que sejas o mais honesto/a possível, para que os investigadores possam perceber bem o que crianças/jovens da tua idade enfrentam.

M1. Não incluindo as palmadas no teu rabo. Em algum momento na tua vida, um adulto te atacou, bateu, pontapeou ou magoou fisicamente de alguma forma?

Sim Não Não tenho a certeza

M2. Em algum momento na tua vida, tu sentiste-te assustado ou realmente mal porque os adultos, que fazem parte da tua vida, chamaram-te nomes e disseram-te coisas más, ou que não te queriam?

Sim Não Não tenho a certeza

M3. Quando alguém é negligenciado, isso significa que os adultos na vida deles não cuidam deles como deveriam. Eles podem não lhes dar comida suficiente, não os levar ao médico quando é necessário ou não garantir que eles têm um local seguro para ficar. Em algum momento na tua vida, tu foste negligenciado?

Sim Não Não tenho a certeza

M4. Por vezes a família discute acerca de onde a criança deve viver. Em algum momento na tua vida, um dos teus pais te levou, manteve ou escondeu, para que tu não visses o outro?

Sim Não Não tenho a certeza

A seguir vamos perguntar-te acerca dos teus pares. Isto significa amigos, colegas de escola ou de outro contexto e com o quais costumavas estar/brincar.

P1. Por vezes grupos de crianças ou gangs atacam pessoas. Em algum momento na tua vida, um grupo de crianças ou gang te agrediu, assustou ou atacou?

Sim Não Não tenho a certeza

P2. [Se respondeste SIM a P1, responde agora à seguinte questão]: Em algum momento na tua vida, alguma criança, até um irmão ou irmã, te agrediu? Em algum local como em casa, na escola, no exterior a brincar, numa loja ou semelhante.

Sim Não Não tenho a certeza

P3. Em algum momento na tua vida, alguma criança tentou magoar-te nas tuas partes privadas propositalmente, batendo-te ou pontapeando-te nesse sítio?

Sim Não Não tenho a certeza

P4. Em algum momento na tua vida, alguma criança, mesmo sendo irmão/irmã, te perseguiu, agarrou ou obrigou a fazer algo que tu não querias fazer?

Sim Não Não tenho a certeza

P5. Em algum momento na tua vida, tu te sentiste assustado ou realmente mal porque crianças estavam a chamar-te nomes, a dizer coisas más ou que não queriam estar perto de ti?

Sim Não Não tenho a certeza

P6. [Responde se tiveres idade igual ou superior a 12 anos] Em algum momento na tua vida, algum namorado(a) ou alguém com quem tiveste um encontro te esbofeteou ou bateu?

Sim Não Não tenho a certeza

A seguir vamos questionar-te sobre toques e/ou contactos sexuais. Alguns adultos por vezes obrigam as crianças e jovens a manter isto tipo de contactos sexuais (exemplo, toques em partes íntimas do corpo, beijos não desejados, entre outros) e gostaríamos de saber se isso já aconteceu contigo alguma vez. Mais uma vez, relembramos que as tuas respostas serão mantidas em total privacidade. Se existir alguma questão em particular que não queiras responder não tens que o fazer. Mas é importante que sejas o mais honesto/a possível, para que os investigadores possam perceber bem o que crianças/jovens da tua idade enfrentam.

S1. Em algum momento na tua vida, algum adulto que **tu conheces** tocou nas tuas partes privadas quando não devia ou obrigou-te a tocar nas partes privadas dele(a)? Ou algum adulto que **tu conheces** obrigou-te a ter sexo com ele(a)?

Sim Não Não tenho a certeza

S2. Em algum momento na tua vida, algum adulto que **tu não conheces** tocou nas tuas partes privadas quando não devia ou obrigou-te a tocar nas partes privadas dele(a)? Ou algum adulto que **tu não conheces** obrigou-te a ter sexo com ele(a)?

Sim Não Não tenho a certeza

S3. Agora pensa em outras crianças da escola, por exemplo, um amigo(a), ou até um irmão/irmã. Em algum momento na tua vida, outra criança ou adolescente te obrigou a algum tipo de contacto sexual (ex.: toques em partes íntimas, beijos forçados, etc.)?

Sim Não Não tenho a certeza

S4. Em algum momento na tua vida, alguém tentou forçar-te a ter sexo, isto é, relações sexuais de qualquer tipo, mesmo que não tenha acontecido?

Sim Não Não tenho a certeza

S5. Em algum momento na tua vida, alguém te obrigou a olhar para as suas partes privadas através do uso da força ou de surpresa?

Sim Não Não tenho a certeza

S6. Em algum momento na tua vida, alguém te magoou ao dizer ou ao escrever algo sexual sobre ti ou sobre o teu corpo?

Sim Não Não tenho a certeza

S7. [Responde se tiveres idade igual ou superior a 12 anos] Em algum momento na tua vida, mantiveste algum tipo de contacto sexual com alguém com 18 anos de idade ou superior, mesmo sendo da tua vontade?

Sim Não Não tenho a certeza

S8. [Responde se tiveres idade igual ou superior a 12 anos] Alguém teve sexo ou tentou ter sexo contigo quando não querias, quando estavas drogado ou bêbado?

Sim Não Não tenho a certeza

A seguir vamos perguntar-te acerca de situações que, por vezes, acontecem aos nossos pais, irmãos, amigos ou pessoas conhecidas ou desconhecidas.

W1. Em algum momento na tua vida, **viste** o/a teu/tua um pai/mãe a ser empurrado/a, esbofetado/a, ou espancado/a por outro/a pai/mãe ou o/a seu/sua namorado(a)?

Sim Não Não tenho a certeza

W2. Em algum momento na tua vida, **viste** o teu/tua um pai/mãe bater, pontapear ou magoar fisicamente o/a teu/tua irmão/irmã sem incluir palmadas no rabo?

Sim Não Não tenho a certeza

W3. Em algum momento na tua vida, na vida real, **viste** alguém a ser atacado ou batido de propósito **com** um pau, rocha, arma, faca ou qualquer outro objeto que feriria? Em algum local como em casa, na escola, numa loja, num carro, na rua ou em qualquer outro lugar semelhante.

Sim Não Não tenho a certeza

W4. Em algum momento na tua vida, na vida real, **viste** alguém a ser atacado ou batido de propósito **sem** usar um pau, rocha, arma, faca ou qualquer outro objeto que feriria?

Sim Não Não tenho a certeza

W5. Em algum momento na tua vida, alguém roubou algo da tua casa que pertencia à tua família ou a alguém com quem moravas? Coisas como televisão, rádio, carro ou outra coisa semelhante?

Sim Não Não tenho a certeza

W6. Em algum momento na tua vida, alguém chegado a ti foi assassinado/morto, como um amigo, vizinho ou alguém da tua família?

Sim Não Não tenho a certeza

W7. Em algum momento na tua vida, na vida real, tu viste alguém morrer (sem ser na televisão, filmes ou jogos)?

Sim Não Não tenho a certeza

W8. Em algum momento na tua vida estiveste, em algum lugar na vida real, onde tu podias ver ou ouvir pessoas a serem baleadas, bombas a explodirem ou distúrbios na rua?

Sim Não Não tenho a certeza

W9. Em algum momento na tua vida estiveste no meio de uma guerra onde tu podias ouvir uma verdadeira luta com bombas ou armas?

Sim Não Não tenho a certeza

Para finalizar, gostaríamos ainda de te colocar algumas questões sobre outras coisas que poderão ter acontecido contigo.

G1. Em algum momento na tua vida, alguém te magoou ou ameaçou com uma arma verdadeira?

Sim Não Não tenho a certeza

G2. Em algum momento na tua vida, viste alguém a ser ameaçado ou magoado com uma arma verdadeira?

Sim Não Não tenho a certeza

Muito obrigada pela tua colaboração!

Anexo I - Escala de fatores de resiliência de Takviriyanun

Traduzido e Adaptado por José Vilelas, Isabel Lucas, Isabel Santos Silva, Ana Paula Nunes e Isabel Castanheira das Neves

Tabela 1 – Itens das Subescalas de Fatores de Resiliência da Escala Original

ITEM	SUBESCALAS E RESPETIVOS ITENS	
Subescala 1: Determinação e competências para resolver problemas		
17	Preparo-me para lidar com o que pode interferir com a obtenção dos meus objetivos.	0.66
23	Resolvo problemas em diversos contextos.	0.64
16	Sou uma pessoa que planeia bem as coisas.	0.61
19	Tenho fortes crenças sobre fé.	0.60
22	Não desisto duma tarefa até terminá-la.	0.58
18	Sou honesto, mesmo quando isso possa aborrecer os meus pais.	0.57
13	Sou responsável pelos meus comportamentos.	0.56
Subescala 2: Suporte individual		
2	Tenho pessoas fora da família em quem posso confiar.	0.72
1	Tenho pessoas na família em quem posso confiar.	0.70
6	Tenho pessoas que me apoiam.	0.63
3	Sinto-me limitado quando procuro apoio.	0.62
4	Tenho pessoas que me servem de modelo.	0.58
5	Tenho pessoas que me encorajam a ser independente.	0.58
Subescala 3: Outros tipos de apoio		
8	Tenho uma família e comunidade, que são estáveis.	0.76
7	Tenho recursos disponíveis, com que posso contar.	0.70
9	Tenho pessoas que reconhecem quando faço coisas corretas.	0.53
Subescala 4: Pensamento otimista		
15	Sou, geralmente calmo e paciente.	0.80
14	Sou confiante, otimista e tenho esperança.	0.63
26	Encaro os acontecimentos com humor.	0.49
12	Respeito-me e aos outros.	0.44
Subescala 5: Assertividade		
21	Crio novas ideias e novas formas de fazer as coisas.	0.79
20	Expresso os meus pensamentos e sentimentos sem constrangimento.	0.76
Subescala 6: Autorregulação e competências sociais		
25	Peço ajuda, sem que isso me faça sentir uma pessoa fraca.	0.64
27	Face a coisas inapropriadas, negoceio ou recuso-me a fazê-las.	0.55
24	Faço a gestão e o controlo dos meus comportamentos.	0.54

Anexo III – Pedido de Consentimento à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

Exma. Senhora Presidente,
Da Comissão de Ética
da Universidade Fernando Pessoa

Eu, Leonor de Bragança Pinheiro Pinto e Abreu, aluna do 3o ano da licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio submeter o meu projeto de investigação de forma que este seja avaliado pela Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

A proposta de investigação apresentada no projeto intitulado “Impacto da Exposição à Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança”, visa realizar um estudo para evidenciar que a exposição de crianças à violência comunitária pode constituir um entrave ao bom desenvolvimento da criança, porém, associada a fatores de proteção pode minimizar danos eventuais.

Neste âmbito serão utilizados um questionário para analisar eventuais formas de vitimação associadas à exposição da violência, designado por The Juvenile Victimization Questionnaire, adaptado por Sani e Caridade (2016) e a Escala de Fatores de Resiliência de Takviriyannun (2008), adaptada também para a população portuguesa por Vilelas et al., (2013), de modo a identificar que fatores resilientes as crianças beneficiam.

Sem mais nenhum assunto de momento, aguardo a autorização.

Porto, 30 de outubro de 2023.

A requerente

(Leonor de Bragança Pinheiro Pinto e Abreu)

Anexo IV – Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Este documento serve o propósito de recolher a autorização para a realização de um estudo científico conduzido por Leonor de Bragança Pinheiro Pinto e Abreu, integrante do 1º ciclo de estudos do curso de Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa.

O foco do estudo passa pela análise e compreensão da relação entre a exposição à violência, os fatores de proteção e os efeitos na saúde mental das crianças. De modo a levar a cabo esta investigação, serão realizados dois tipos de inquéritos, aos quais a participação é individual, confidencial e involuntária.

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do representante do participante no estudo) compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo que o meu educando será incluído. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive uma resposta esclarecedora. Tomei conhecimento de que a informação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos propostos. Além disso, foi-me indicado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a participação do meu educando no estudo, sem que isso possa ter prejuízo pessoal. Foi-me ainda assegurado de que os registos serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo proposto, sendo guardados em local seguro e destruídos após conclusão do mesmo.

Declaro que li e consinto que o meu encarregado participe no estudo em causa,

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do encarregado de educação: _____